

Relatório de Contas

OASIS - Viagens e Turismo, Lda

2025



Índice

- **Relatório de Gestão**
- **Balanço Individual**
- **Demonstração das Alterações do Capital Próprio**
- **Demonstração dos Resultados por Naturezas**
- **Demonstração de Fluxos de Caixa**
- **Anexo**
- **Certificação Legal das Contas**

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2025

Exmos. Senhores Sócios,

Em conformidade e para cumprimento das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral da Sociedade **OÁSIS – Viagens e Turismo, Lda.** o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

1 – Enquadramento macroeconómico.

Apesar da continuidade das guerras na Ucrânia e na Palestina, do consequente contexto internacional instável e adverso, agravando tensões geopolíticas e das grandes incertezas comerciais oriundas das políticas de taxas introduzidas pela nova administração dos USA, o PIB em Portugal ainda cresceu cerca de 1,9% em 2025 e a inflação conteve-se nos 2,3%. Estes movimentos, acabaram por não prejudicar a taxa de desemprego que se manteve em linha com o ano anterior.

2 – Atividade da Oásis.

Em 2025, a gestão Oásis ultrapassou fortemente a sua previsão orçamental, nomeadamente quanto ao EBITDA que uma vez mais ultrapassou o milhão de euros (1.045.439,00).

Dando continuidade à contínua reestruturação dos recursos humanos, foi possível reduzir os seus custos globais em cerca de 10% e prolongámos o vigoroso investimento na formação e na distribuição de lucros aos nossos recursos humanos, como compensação dos desempenhos de excelência e do contínuo desenvolvimento pessoal, especialmente a nível comercial.

A Oásis consolidou e reforçou a sua presença junto dos seus clientes e parceiros de forma sistemática e programada, aumentando a notoriedade e a rentabilidade da marca “Seleções”.

A requalificação do imóvel recentemente adquirido no centro histórico da cidade de Setúbal evoluiu com a elaboração dos projetos camarários que em breve permitirão o lançamento do concurso

reconstrutivo em 2027, e onde iremos instalar as nossas novas instalações (loja com 90m2) e adicionalmente comercializar e/ou alugar 02 apartamentos T-2.

A Empresa manteve as várias participações sociais:

Associada	Valor participação 31-12-2025	Valor participação 31-12-2024	Participação detida
Eloct - Agência de viagens e turismo, SA	11 455,00	11 455,00	2,56%
Oasistravel	19 890,61	50 252,81	20,00%
Nineelo/Elovia	10 705,00	10 705,00	15,27%
Imopraia	325 661,68	15 093,44	30,00%
Imopraia - Goodwill	90 000,00	90 000,00	

3 – Análise da situação económica e financeira da empresa

O ano de 2025 revelou uma continuada otimização dos indicadores económico-financeiros mais relevantes, como abaixo se descrevem:

Rácios / Indicadores Financeiros	2025	2024
Autonomia Financeira	74,15%	41,39%
Solvabilidade	2,87	0,71
Rentabilidade Liquida do Capital Próprio	26,78%	37,77%
Divida Financeira Liquida / EBITDA	-86,95%	-153,31%
Liquidez Geral	1,83	1,11
EBITDA / Volume de Negócios	7,39%	6,60%
EBITDA	1 045 439	1 115 333
Volume de Negócios	14 154 613	16 903 638
Resultados líquidos	747 895	772 380
Capital próprio	2 792 981	2 045 087

4 – Evolução previsível da atividade para 2026

Após 40 anos de atividade, e havendo a mesma vontade e empenho de sempre, na continuidade do nosso trabalho, entendeu-se ser importante refletir e pensar o futuro a nível organizacional, que assegurasse a continuidade da Oasis, respeitando os princípios e valores que desde início a caracterizam.

Resultando das várias reflexões iniciadas em 2025, conforme já relatado anteriormente no relatório de gestão de 2024, decidiu-se avançar com a reorganização estrutural do negócio, transferindo a atividade operacional para a nossa participada, OASISTRAVEL, que a partir de janeiro de 2026, assumiu a responsabilidade na prestação dos serviços e colaboradores que transitaram da Oasis, permitindo uma dedicação ainda mais eficiente e próxima dos nossos clientes, como queremos estar agora e sempre.

5 – Dívidas à Administração Fiscal e ao C.R. de Segurança Social.

A Empresa não tem em mora qualquer dívida à administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6 - Proposta de Aplicação dos Resultados.

Os resultados realizados em 2025, apresentam um resultado líquido de acordo com as demonstrações financeiras que se anexam para a Assembleia-geral.

De acordo com os Estatutos da Empresa, e dando seguimento ao disposto no código das sociedades comerciais, a Gerência efetuou o presente Relatório de Gestão, deu por concluídas as contas, remetendo-as para a Assembleia-Geral, propondo a atribuição de 114.375,00 euros a título de participação nos lucros, para todos os colaboradores, que representa um acréscimo das despesas com pessoal, neste mesmo montante, apurando-se um resultado líquido após impostos de 747.894,74 euros (setecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e noventa e quatro euros e setenta e quatro centimos) para os quais se propõe a seguinte aplicação de resultados:

Resultados Transitados - 747.894,74 euros (setecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e noventa e quatro euros e setenta e quatro centimos).

7 - Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

A distribuição da participação de lucros de 2025 pelos colaboradores e órgão sociais, num total de 114.375,00 euros, propostos para aprovação em Assembleia de Sócios, serão totalmente distribuídos até final do exercício de 2026, mas já reconhecidos nas contas de fecho do exercício de 2025.

Releva-se que a 28 de fevereiro se iniciou a guerra em que os Estados Unidos da América e o Irão estão a destabilizar gravemente toda a zona da Península Arábica, Mediterrâneo Oriental e ainda o Estreito de Ormuz. Esta grave situação irá afectar a economia no seu todo, mas muito em especial o sentimento de segurança nas viagens aéreas que a nossa atividade carece.

8 - Agradecimentos

Para concluir a apresentação das atividades do exercício de 2025, a Gerência deseja expressar um elevado louvor aos seus valiosos quadros e equipas de trabalho, sem as quais não teria sido possível satisfazer e ampliar a nossa boa rede de clientes, e que por isso mesmo nos preferiram e nos continuaram a distinguir.

Aos nossos fiéis clientes, parceiros, fornecedores e a todas as instituições financeiras, um profundo e sentido reconhecimento pela excelente colaboração nos apoios sempre manifestados.

Por fim, registamos e agradecemos a boa confiança depositada nesta Gerência por todos os Sócios e demais órgãos sociais da Empresa, que com a sua enorme disponibilidade e competência sempre facilitaram as nossas quotidianas e exigentes tarefas.

Ao completar 40 anos de atividade, a todos prometemos continuar totalmente empenhados e fiéis aos princípios e aos valores que vêm norteando as políticas e desempenhos que vêm diferenciando a Oásis no sector das Viagens e Turismo.

Lisboa, 16 de junho de 2026

O CONSELHO DE GERÊNCIA

Armando Ferraz

Armando Luis Esteves Rodrigues Ferraz

Ana Cristina Ferra

Ana Cristina Mourão de Carvalho Ferraz

BALANÇO INDIVIDUAL
OÁSIS - Viagens e Turismo, Lda
dez/25

Montantes expressos em EURO			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	6.1.	1 521 317,26	1 613 730,87
Activos intangíveis.....	7.	6 457,26	577,26
Participações financeiras - outros métodos.....	10.1.	462 805,54	187 058,19
Ativos por impostos diferidos.....	22.		
		1 990 580,06	1 801 366,32
Activo corrente:			
Clientes.....	11.	116 827,23	212 092,14
Adiantamentos a fornecedores.....	12.		
Estado e outros entes públicos.....	13.	5 373,48	
Accionistas/sócios.....	14.	148 400,00	148 400,00
Créditos a receber.....	15. / 16.	534 339,66	589 304,66
Diferimentos.....	17.	36 128,31	372 435,62
Outros activos financeiros.....			
Caixa e depósitos bancários.....	4.1. / 18.	934 873,17	1 817 977,19
		1 775 941,85	3 140 209,61
		3 766 521,91	4 941 575,93
Total do Activo			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado.....	19.1.	499 000,00	499 000,00
Reservas legais.....		100 000,00	100 000,00
Outras reservas.....		498 000,00	498 000,00
Resultados transitados.....	19.4.	937 799,81	165 419,54
Excedentes de revalorização.....		10 286,87	10 286,87
		2 045 086,68	1 272 706,41
Resultado líquido do período.....	33.4.	747 894,74	772 380,27
		2 792 981,42	2 045 086,68
Total do capital próprio			
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos.....	21.	4 875,00	58 816,22
Passivos por impostos diferidos.....	22.		
Outras dividas a pagar.....			
		4 875,00	58 816,22
Passivo corrente:			
Fornecedores.....	23.	140 067,97	12 387,85
Adiantamentos de clientes.....	24.		
Estado e outros entes públicos.....	13.	45 298,49	141 376,01
Accionistas/sócios.....			
Financiamentos obtidos.....	21.	20 982,64	49 235,28
Outras contas a pagar.....	15. / 16.	762 316,39	271 418,37
Diferimentos.....	17.		2 363 255,52
Outros passivos financeiros.....			
		968 665,49	2 837 673,03
		973 540,49	2 896 489,25
		3 766 521,91	4 941 575,93
Total do passivo			
Total do Capital Próprio e do Passivo			
		3 766 521,91	4 941 575,93

Lisboa, 16 de junho 2026

O Contabilista Certificado
Flávio Francisco (CC 37174)

A Gerência
Armando Ferraz
Ana Cristina Ferraz

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2025
OÁSIS - Viagens e Turismo, Lda.

Montantes expressos em EUROS (sem decimais)									
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedente de revalorização	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	499 000,00	100 000,00	498 000,00	165 419,54	10 286,87	0,00	772 380,27	2 045 086,68
Alterações do período:									
Primeira adopção do referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Diferenças de conversão de dem.financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Realização do exced.revalor. activos fixos e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Exced.revalor. activos fixos e int. e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no Cap Proprio					772 380,27			-772 380,27	
	7	0,00	0,00	0,00	772 380,27	0,00	0,00	-772 380,27	0,00
Resultado líquido do período	8							747 894,74	747 894,74
Resultado integral	9 = 7+8	0,00	0,00	0,00	772 380,27	0,00	0,00	-24 485,53	747 894,74
Operações com detentores de CP:									
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	6+7+8+10	499 000,00	100 000,00	498 000,00	937 799,81	10 286,87	0,00	747 894,74	2 792 981,42

Lisboa, 16 de junho 2026

O Contabilista Certificado
Flávio Francisco (CC 37174)

A Gerência

Armando Ferraz
Ana Cristina Ferraz

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
OASIS - VIAGENS E TURISMO, LDA
De Janeiro até Dezembro

		Montantes expressos em EURO	
RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2025	2024
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	25.	14 154 613,01	16 903 637,98
Subsídios à exploração	33.1		
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	32.	191 137,64	25 707,00
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	26.	(12 123 755,53)	(14 529 858,61)
Gastos com o pessoal	27.1	(1 231 658,40)	(1 375 299,28)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	29 / 32.	157 666,29	123 200,31
Outros gastos	30.	(102 564,44)	(32 054,50)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 045 438,57	1 115 332,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31.	(116 403,20)	(125 998,94)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		929 035,37	989 333,96
Juros e rendimentos similares obtidos	32.		
Juros e gastos similares suportados	32.	(1 040,14)	(6 570,23)
Resultado antes de impostos		927 995,23	982 763,73
Imposto sobre o rendimento do período	20.1.	(180 100,49)	(210 383,46)
Resultado líquido do período	33.4.	747 894,74	772 380,27

Lisboa, 16 de junho 2026

O Contabilista Certificado

Flávio Francisco (CC 37174)

A Gerência

Armando Ferraz
Ana Cristina Ferraz

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
OÁSIS - Viagens e Turismo, Lda

		Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
	NOTAS	202	2024
Actividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		11 886 622,40	17 378 987,05
Pagamentos a Fornecedores		-11 792 502,43	-14 733 724,30
Pagamentos ao Pessoal		-1 232 057,12	-1 374 900,56
Caixa gerada pelas operações		-1 137 937,15	1 270 362,19
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-141 376,01	-163 399,35
Outros recebimentos/pagamentos		283 029,28	-45 697,59
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-996 283,88	1 061 265,25
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis		-23 989,59	-587 343,01
Activos intangíveis		-5 880,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos			
Recebimentos provenientes de :			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		210 100,74	0,00
Outros activos			
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		34 623,93	116 857,95
Dividendos		0,00	25 707,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		214 855,08	-444 778,06
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos		264 500,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-365 135,08	-95 412,60
Juros e gastos similares		-1 040,14	-6 570,23
Dividendos			-400 000,00
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	-4 510,62
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-101 675,22	-506 493,45
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		-883 104,02	109 993,74
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 817 977,19	1 707 983,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período		934 873,17	1 817 977,19

Lisboa, 16 de junho 2026

O Contabilista Certificado
Flávio Francisco (CC 37174)

A Gerência
Armando Ferraz
Ana Cristina Ferraz

ANEXO

1. Identificação da entidade:

1.1 – Designação da entidade

OÁSIS - Viagens e Turismo, Lda.

1.2 – Sede

Rua Alexandre Herculano, 3B em Lisboa

1.3 – NIPC

501 821 627

1.4 - Natureza da actividade

A Oásis – Viagens e Turismo, Lda. (Oasistravel) é uma pessoa colectiva constituída a 08 de agosto de 1986. A Oasistravel, tem como objecto social o exercício da actividade relacionada com as agências de viagens e turismo.

1.5 – Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidades de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A informação das demonstrações financeiras (DF) foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa. As presentes demonstrações financeiras foram assim preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as Normas do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), regulado pelos seguintes diplomas legais: DL n.º 158/2009 de 13 de Julho (SNC, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto); Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras ou "DF"); Aviso n.º 15652/2009 de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual ou "EC"); Aviso n.º 15655/2009 de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ou "NCRF"); e Portaria n.º 1011/2009 de 9 de Setembro (Código de Contas).

2.2 – Disposições do SNC que em casos especiais tenham sido derogadas

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Comentários das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparados com os do exercício anterior

As quantias relativas aos períodos em análise não têm qualquer tipo de restrição na sua comparabilidade, estando em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), em vigor à data da preparação das mesmas. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa e tomando por base o custo histórico. A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

3.1.1 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio:

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional (Euro), utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da demonstração da posição financeira (fonte: Banco Central Europeu). Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas no período em que a liquidação ou a reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

As diferenças de câmbio positivas relativas a actividades de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados como "Juros e rendimentos similares obtidos", enquanto as negativas são relevadas na rubrica "Juros e gastos similares suportados". As demais diferenças de câmbio, emergentes de actividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas "Outros rendimentos e ganhos" e "Outros gastos e perdas", no caso de serem positivas e negativas, respectivamente.

3.1.2 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente registos de marcas, encontram-se registados ao custo de aquisição.

3.1.3 - Ativos fixos tangíveis:

Com excepção dos terrenos e edifícios as restantes categorias de bens que integram o activo fixo tangível são mesurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, § 30, isto é, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Relativamente aos terrenos e edifícios, os mesmos, encontram-se mensurados de acordo com o modelo de revalorização (§ 31 da NCRF 7), com base no seu justo valor à data da transição para as NCRF, 1 de janeiro de 2010, menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subseqüentes.

Em caso de venda ou abate, o desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, é determinado pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

A depreciação dos ativos fixos tangíveis, com excepção dos terrenos, é reconhecida como gasto a afectar os resultados operacionais, na base do método de cálculo linear (quotas constantes), com

aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição / custo revalorizado, deduzido do valor residual dos ativos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Descrição	
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 / 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 6 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

Em caso de venda ou abate, o desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, é determinado pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.1.4 - Locações:

Os bens associados a locações financeiras nos termos do § 8 da NCRF 9, encontram-se evidenciados nas rubricas de ativos fixos tangíveis, na medida em que todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem são da responsabilidade da entidade. Os dispêndios decorrentes de locações operacionais são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período.

Tal como preceituado na NCRF 9, os ativos fixos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira (basicamente equipamento) são reconhecidos ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os custos amortizados das prestações em dívida às locadoras.

3.1.5 - Participações financeiras:

As participações financeiras da Oásis estão mensuradas ao custo de aquisição, de acordo com as NCRF, com exceção da participação financeira na Oasistravel -Viagens e Turismo, Lda, tal como na Imopraia, que a Oásis detém uma influência significativa, estando ambas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial.

3.1.6 – Reconhecimento do rédito e regime do acréscimo

O rédito é registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquidos de descontos.

O rédito associado às vendas e prestações de serviços é reconhecido nos resultados operacionais do período a que diz respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como rédito de juros, afectando a parte financeira dos resultados correntes, também em base de acréscimo.

As vendas e serviços prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais. Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

3.1.7 – Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são mensurados, em cada data de relato, quer: (i) ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; e (ii) ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

Os instrumentos financeiros que satisfaçam todas as seguintes condições são mensurados ao custo amortizado:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo; (ii) taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

São mensurados ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade, de acordo com os § 12 a 14 da NCRF 27, os seguintes instrumentos financeiros:

- Clientes e outra contas a receber ou a pagar;
- Empréstimos bancários;
- Contas a receber e a pagar em moeda estrangeira;

Nas situações em que o efeito da mensuração ao custo amortizado são imateriais os instrumentos financeiros acima mencionados encontram-se mensurados ao custo e, no caso dos ativos financeiros em que seja aplicável, o custo menos qualquer perda por imparidade.

Todos os restantes instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor através de resultados.

3.1.8 – Imposto sobre o rendimento:

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da entidade tomando em consideração a tributação diferida.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da entidade estão sujeitas a revisão e correcção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

O Órgão de Gestão da entidade entende que eventuais correcções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e para-fiscal da entidade, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos termos da legislação em vigor a entidade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculadas e anualmente avaliadas utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de virem a existir lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias

dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

3.1.9 - Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), assim como aplicações de tesouraria convertíveis imediatamente em liquidez, sem afectar o valor do respectivo capital.

3.1.10 - Operações em moeda diferente da moeda de relato (Euro)

O Euro é a moeda funcional e de relato. Para as operações ocorridas em moeda diferente, que determinaram a existência, no final dos períodos de relato, de posições em aberto no activo e no passivo, procedeu-se à respectiva actualização da posição para o câmbio de 31 de dezembro. As quantias relativas a perdas e ganhos gerados com diferenças de câmbio foram reconhecidos em separado nos resultados correntes.

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afectar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

3.1.11 - Gastos de financiamento

Os gastos de financiamento são reconhecidos no período em que incorrem, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

Os encargos financeiros de empréstimos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do activo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projecto em causa se encontre suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.1.12 - Gastos com o pessoal

Os benefícios a curto prazo dos empregados são reconhecidos como gasto do período. Os benefícios a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a Segurança Social, bem como, benefícios não monetários tais como seguros de vida e de cuidados de saúde (se aplicável).

Caso o valor do gasto seja superior ao valor das quantias já pagas a diferença é registada como um passivo, tais como os valores associados a direitos a férias e subsídio de férias e outros equiparáveis.

3.1.13 - Responsabilidades e gastos com benefícios pós-emprego

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social, em matéria de complementos à reforma dos trabalhadores.

3.1.14 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas respeitando o indicado na SNC.

3.3. Juízos de valor:

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o previsto no SNC, na base da continuidade das operações.

4. Fluxos de caixa

4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto.

Descrição	Valores
Caixa	13 886,07
Depósitos à ordem	703 935,53
Outros depósitos	217 051,57
Total de depósitos bancários	934 873,17

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não houve qualquer alteração, correcção significativa.

6. Ativos fixos tangíveis:

6.1 – Divulgação sobre os ativos fixos tangíveis:

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

b) As depreciações foram efectuadas pelo sistema de duodécimos.

c) A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afectação do desempenho. A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2024	Adições	Revalorizações	Abates	Transferências	31-12-2025
Terrenos e recursos naturais	412 518,87					412 518,87
Edifícios outras construções	1 936 298,13	18 107,00				1 954 405,13
Equipamento básico	382 607,50					382 607,50
Equipamento de transporte	364 185,46					364 185,46
Equipamento administrativo	751 403,67	5 882,59				757 286,26
Outros activos tangíveis	224 807,54					224 807,54
Activo tangível bruto	4 071 821,17	23 989,59	0,00	0,00	0,00	4 095 810,76
Depreciações acumuladas	2 458 090,23	116 403,27				2 574 493,50
Activo tangível líquido	1 613 730,94	-92 413,68	0,00	0,00	0,00	1 521 317,26

7. Ativos intangíveis:

Detalhe dos movimentos ocorridos nos ativos intangíveis durante o exercício findo a 31 dezembro de 2025.

Descrição	31-12-2024	Adições	Revalorizações	Abates	Transferências	31-12-2025
Programas de computador	25 131,00	5 880,00				31 011,00
Propriedade industrial	577,10					577,10
Activo intangível bruto	25 708,10	5 880,00				31 588,10
Depreciações acumuladas	25 130,84					25 130,84
Activo intangível líquido	577,26					6 457,26

8. Ativos em curso:

Não se registou qualquer movimento ocorrido nos ativos em curso durante o exercício findo a 31 dezembro de 2025.

9. Locações:

Não há qualquer saldo a registar a 31 de dezembro de 2025.

10. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas:

10.1 - Investimentos em associadas:

(a) Informação financeira resumida das associadas, incluindo as quantias agregadas de ativos, passivos, rendimentos e resultados;

À data de encerramento das contas, algumas empresas associadas ainda não dispunham de informação contabilística, que permitisse reconhecer a atualização do valor detido das respetivas participações.

Associada	Valor participação 31-12-2025	Valor participação 31-12-2024	Participação detida	Capital Social
Eloct - Agência de viagens e turismo, SA	11 455,00	11 455,00	2,56%	434 375,00
Oasistravel	19 890,61	50 252,81	20,00%	50 000,00
Nineelo/Elovia	10 705,00	10 705,00	15,27%	70 090,00
Imopraia	325 661,68	15 093,44	30,00%	100 000,00
Imopraia - Goodwill	90 000,00	90 000,00		
Fundo Compensação do Trabalho	293,25	4 751,94		
Outros Investimentos financeiros	4 800,00	4 800,00		
Total	462 805,54	187 058,19		

10.2 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes, havendo a considerar a transmissão de negócio da Oasis a favor da Oasistravel, que se verificará a partir de 2026, conforme melhor relatado no Relatório de Gestão, que é parte integrante deste relatório de contas.

11. Decomposição da rubrica de clientes, considerando o prazo de recebimento:

Valor a receber	31-12-2025	31-12-2024
até 60 dias	77 280,81	41 800,00
entre 61 e 120 dias	4 556,16	24 189,23
superior a 120 dias	34 990,26	146 102,91
Total	116 827,23	212 092,14

12. Decomposição da rubrica de adiantamento a fornecedores:

Não há qualquer saldo a registar a 31 de dezembro de 2025.

13. Estado e outros entes públicos:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Saldos devedores		
Imposto sobre o valor acrescentado (a recuperar)	5 373,48	0,00
	<u>5 373,48</u>	<u>0,00</u>
Saldos credores		
Imposto sobre o rendimento	10 650,50	113 588,95
Retenções de impostos sobre rendimentos	11 801,00	8 722,00
Imposto sobre o valor acrescentado	7,43	249,73
Contribuições para a segurança social	22 839,56	18 815,33
	<u>45 298,49</u>	<u>141 376,01</u>
Total líquido	39 925,01	141 376,01

14. Valor empréstimos concedidos a Sócios:

Não há qualquer movimento a registar nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Outras	148 400,00	148 400,00

15. Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da empresa:

Dividas a pessoal	31-12-2025	31-12-2024
Activas	0,00	0,00
Passivas	114 375,00	114 773,72

16. Outras contas a receber e a pagar:

Detalhe dos saldos a registar nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Outras contas a receber:	534 339,66	589 304,66
Fornecedores	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Remunerações a receber de Pessoal	0,00	0,00
Outros Devedores	534 339,66	589 304,66
Outras contas a pagar:	762 316,39	271 418,37
Fornecedores de investimento	6 263,16	9 346,74
Credores por acréscimo de gastos	14 030,19	146 764,52
Remunerações a pagar a Pessoal	114 375,00	114 773,72
Credores diversos	627 648,04	533,39

17. Diferimentos:

Detalhe dos saldos a registar nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Activos		
Gastos a reconhecer		
Contratos de prestação de serviços	24 267,02	352 099,11
Rendas	9 045,27	8 858,78
Contratos Assistência Técnica	237,37	2 207,37
Seguros	2 578,65	9 270,36
Total	36 128,31	372 435,62
Passivos		
Rendimentos a reconhecer		
Facturação antecipada de serviços		2 363 255,52
Total	0,00	2 363 255,52

18. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Detalhe dos saldos de caixa e depósitos bancários a registar nos exercícios de 2025 e 2024.

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Caixa	13 886,07	9 326,30
Depósitos à ordem	703 935,53	408 650,89
Outros depósitos	217 051,57	1 400 000,00
Total de caixa e depósitos bancários	934 873,17	1 817 977,19

19. Desagregação da rubrica de capital próprio:

19.1 – Capital realizado.

A 31 de Dezembro de 2025, o Capital Social encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo o mesmo constituído por 100.000 acções, no valor nominal de 4.99 Euros cada.

19.4 – Resultados transitados e excedentes de revalorização.

No exercício de 2025, foi transferido para resultados transitados €772.380,27 dos resultados líquidos positivos do exercício €772.380,27€ de acordo com o proposto pela Gerência.

20. Impostos sobre o rendimento:

20.1 - Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser detalhados como segue:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Resultado antes de impostos	927 995,23	982 763,73
Derrama	11 939,22	13 485,21
Tributações autónomas	10 971,71	10 105,31
Imposto esperado	180 100,49	210 383,46
Imposto diferido	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento	180 100,49	210 383,46

21. Financiamentos Obtidos:

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 as rubricas de financiamentos obtidos, apresentavam os seguintes saldos, considerando o seu vencimento.

Descrição	31-12-2025		31-12-2024	
	Não corrente	Correntes	Não corrente	Correntes
NB - Exportação Covid-19		-17,36	32 941,22	28 235,28
Turismo de Portugal 8fev2021	3 000,00	6 000,00	9 000,00	6 000,00
Turismo de Portugal 7set2021		7 500,00	7 500,00	7 500,00
Turismo de Portugal 24dez2021	1 875,00	7 500,00	9 375,00	7 500,00
Total	4 875,00	20 982,64	58 816,22	49 235,28

Os saldos em aberto à data de 31 de dezembro de 2025, são na totalidade empréstimos referentes a contratação de linhas especializadas de apoio à liquidez, resultante da quebra de prestação de serviços devido ao efeito da pandemia Covid-19.

22. Impostos diferidos:

No exercício de 2025, não houve qualquer movimento referente à rubrica de ativos por impostos diferidos.

23. Decomposição da rubrica de fornecedores por mercado e estado:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Fornecedores Nacionais	63 636,85	147 501,19
Fornecedores Estrangeiros	62 985,19	-219 357,65
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	13 445,93	84 244,31
Total	140 067,97	12 387,85

24. Decomposição da rubrica de adiantamento de Clientes:

Não há saldo a considerar no exercício de 2025.

25. Vendas e prestações de serviços:

As prestações de serviços são reconhecidas pelo valor recebido ou a receber, considerando sempre o mês em que é prestado o serviço.

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Prestação de serviços	14 109 092,36	16 830 080,91
Comissões recebidas	45 520,65	73 557,07
Total	14 154 613,01	16 903 637,98

26. Fornecimentos e serviços externos:

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos do ano findo a 31 de dezembro de 2025, tem a seguinte decomposição, excluindo os subcontratos, que se apresenta pelo valor acumulado.

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Subcontratos	11 458 261,64	13 870 786,08
Trabalhos Especializados	156 433,47	134 501,34
Publicidade e Propaganda	80 511,99	111 811,65
Honorários	18 120,00	18 670,00
Conservação e Reparação	11 973,40	7 581,84
Serviços Bancários	24 477,89	24 284,28
Livros e Documentação Técnica	153,45	32,46
Material de Escritório	17 288,20	9 873,06
Artigos para Oferta	46,38	58,71
Electricidade	12 412,90	13 066,81
Combustíveis	1 182,92	1 509,18
Água	3 621,61	3 523,72
Outros Fluidos	533,12	474,17
Deslocações e Estadas	9 286,59	8 416,94
Transportes de Pessoal	1 960,00	1 316,87
Rendas e Alugueres	120 695,46	117 157,76
Comunicação	33 400,60	32 752,51
Seguros	153 290,09	153 643,63
Contencioso e Notariado	405,00	30,00
Despesas de Representação	17 188,36	15 834,90
Limpeza Higiene e Conforto	2 439,46	2 204,78
Outros Fornecimentos e Serviços	73,00	2 327,92
Total	12 123 755,53	14 529 858,61

27. Benefícios de empregados:

27.1 - Os gastos com o pessoal nos exercícios de 2025 e 2024, foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	31-12-2025	31-12-2024
Remunerações dos órgãos sociais	32 045,73	39 851,72
Encargos sobre as remunerações dos órgãos sociais	6 037,85	6 150,15
Outros gastos		
Remunerações do pessoal	956 551,55	1 064 169,82
Encargos sobre as remunerações do pessoal	171 342,80	189 593,36
Outros gastos	57 680,47	67 950,11
Rescisões de contrato	8 000,00	7 584,12
Total de gastos	1 231 658,40	1 375 299,28

O número médio de colaboradores ao serviço durante o exercício de 2025 foi de 28 funcionários, apresentando um total de 28 a 31 de dezembro de 2025.

28. Imparidade de ativos:

Valores globais de perdas por imparidade e reversões reconhecidas, sem qualquer movimento registado durante o exercício de 2025 e 2024.

29. Outros rendimentos e ganhos:

Detalhe dos saldos da rubrica “Outros rendimentos” registados no encerramento dos exercícios de 2025 e 2024.

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Rendimentos suplementares e arrendamentos	16 271,00	
Rendimentos e ganhos em investimentos financeiros	19 879,31	14 610,81
Outros	67 928,95	17 438,55
Total de rendimentos	104 079,26	32 049,36

30. Outros gastos e perdas:

Detalhe dos saldos da rubrica “Outros gastos e perdas” registados no encerramento dos exercícios de 2025 e 2024.

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Impostos	5 718,53	3 855,19
Gastos e perdas insvetimentos financeiros	32 173,27	
Outros	64 672,64	28 199,31
Total de gastos	102 564,44	32 054,50

31. Gastos/Reversões de depreciações e de amortizações:

Salos das amortizações e depreciações registados no encerramento dos exercícios de 2025 e 2024.

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Activos fixos tangíveis	116 403,20	117 620,26
Activos intangíveis		8 378,68
Total	116 403,20	125 998,94

32. Resultados financeiros:

Os resultados financeiros dividem-se em gastos suportados e rendimentos obtidos, sendo os saldos a 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentados abaixo:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Juros e rendimentos similares obtidos:	244 724,67	142 564,95
Juros Bancários obtidos	53 542,15	91 150,95
Dividendos obtidos	191 137,64	25 707,00
Outros rendimentos similares	44,88	25 707,00
Juros e gastos similares suportados:	1 040,14	6 570,23
Juros suportados com empréstimos bancários	1 040,14	5 118,86
Juros suportados com locação financeiras		1 451,37

33. Outras informações:

33.1. Subsídios do Governo e apoios do Governo:

Os subsídios governamentais apenas são reconhecidos quando existe uma garantia razoável de que os mesmos vão ser efetivamente atribuídos e quando a Empresa se encontra em condições para cumprir os respetivos contratos. Os subsídios são reconhecidos pelo seu justo valor e apenas à data da sua aprovação.

Durante o exercício de 2025, não se registou qualquer recebimento ou reconhecimento.

33.2 – Risco de taxas de câmbio:

Em 31 de Dezembro de 2025, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas taxas de câmbio aplicadas pela entidade bancária à operação.

33.3 – Incumprimento de empréstimos bancários:

Durante o exercício de 2025, não se registou qualquer incumprimento com instituições de crédito.

33.4 – Resultado Líquido do exercício após impostos.

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Resultado Líquido do Período	747 894,74	772 380,27

33.5 – Acontecimentos após a data do balanço

Ainda serão considerados nas contas de 2025 a distribuição da participação dos lucros de 2025 que vier a ser aprovada em Assembleia Geral de Sócios, sendo proposto a aprovação, o mesmo valor do último exercício, que totalizou 114.375,00 euros.

34. – Divulgação exigida por diplomas legais

Nada a considerar.

34.1 – Informação requerida no anexo às contas pelo artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais

Descrição	2025	2024
Honorários facturados pelo ROC	9 390,00	9 390,00

35. – Outras Informações

Resultante de um excelente ano de atividade, foi possível fazer nova distribuição de resultados por todos os colaboradores da Oásis.

Lisboa, 16 de junho 2026

O Contabilista Certificado

Flávio Francisco (CC 37174)

A Gerência

Armando Ferraz
Ana Cristina Ferraz

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **OÁSIS - Viagens e Turismo, Lda** (a entidade), que compreendem o balanço individual em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 3.766.522 euros e um total de capital próprio de 2.792.981 euros, incluindo um resultado líquido de 747.895 euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração individual de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **OÁSIS - Viagens e Turismo, Lda**, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro SNC - NCRF- adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão feitas de acordo de acordo com a Norma Contabilística para as entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com a gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

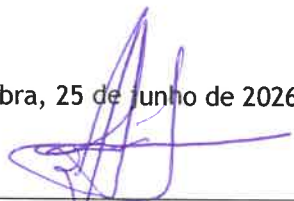
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 25 de junho de 2026



José Oliveira & Sandra Simões, SROC, Lda.

Representada por: Sandra Almeida Simoes

Revisor Oficial de Contas n.º 1249/Registado na CMVM com o n.º 20160860



Oásis – Viagens e Turismo, Lda

Sede: R. Alexandre Herculano, 3 B - 1169-070 Lisboa

NIPC 501 821 627

CAE 79 110 | RNAVT 1959 | APAVT Sócio Nr 415

499.000€ de capital social